



O discurso da disciplina, da biopolítica e a normalização dos corpos em *Tanta gente*, de Eneida de Moraes

The Discourse of Discipline, Biopolitics and the Standardization of Bodies in Tanta gente, by Eneida de Moraes

Renata Guimarães Cabral Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba / Brasil

renata.lima@ufopa.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-6707-3966>

Oriana de Nadai Fulaneti

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba / Brasil

od.fulaneti@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-5959-7292>

Resumo: Este artigo objetiva analisar o discurso do poder disciplinar articulado ao discurso do poder regulamentador na crônica *Tanta gente*, de Eneida de Moraes, elucidando os modos de constituição dos sujeitos, o controle dos corpos dos indivíduos, bem como o controle do corpo-espécie. Para realizar essa discussão, foram selecionados alguns enunciados da crônica que manifestam a construção discursiva de sujeitos que não se deixam inserir sem questionamentos nos processos de objetivação/subjetivação. Assim, o trabalho constituiu-se de duas partes. Na primeira, são abordadas algumas reflexões teóricas sobre os conceitos foucaultianos de disciplina, biopolítica e biopoder; na segunda parte, analisa-se como essas estratégias de poder se presentificam na crônica eneidiana e objetivam os sujeitos em grupos estigmatizados. A análise mostra que as personagens são constituídas sob várias formas de coerção, a saber: a exclusão, a rejeição e o abandono.

Palavras-chave: biopoder; biopolítica; corpo; disciplina; Foucault.

Abstract: This article aims to analyze the discourse of disciplinary power articulated with the discourse of regulatory power in the chronicle *Tanta gente*, by Eneida de Moraes, elucidating the ways of constituting the subjects, the control of the bodies of individuals, as well as the control of the massifying body. To carry out this discussion, we selected some parts from the chronic that manifest the discursive construction

of subjects who do not allow themselves to be inserted without questioning in the objectification/ subjectification processes. Thus, the work consisted of two parts. In the first, we approach some theoretical reflections on the foucautian concepts of discipline, biopolitics and biopower; in the second part, we analyze how these power strategies are present in the eneidian chronic and target the subjects in stigmatized groups. The analysis shows that the characters are constituted under various forms of coercion, namely, exclusion, rejection and abandonment.

Keywords: biopower; biopolitic; body; discipline; Foucault.

Recebido em 18 de outubro de 2022.

Aceito em 27 de maio de 2023.

1 Introdução

Na literatura brasileira, especialmente a amazônica, observa-se o registro de memórias como um dos elementos que norteia a narrativa dos textos. Nesses relatos, expressam-se por meio da linguagem literária fatos vivenciados ou ficcionados, que põem em discussão questionamentos acerca de diversas problemáticas humanas de caráter político, social, ético, religioso etc.

Eneida de Moraes (1903-1971) foi uma escritora que centralizou os seus textos, especificamente as crônicas, a partir de uma concepção memorialista. Em suas obras, a autora paraense narra memórias referenciando, principalmente, o ativismo político, nas quais aborda temáticas como o papel da mulher na sociedade patriarcal – período a partir de 1920 –, as desigualdades sociais, os marginalizados e os excluídos. Toda a obra de Eneida é marcada por uma vida dedicada à militância política, à atividade cultural e à produção intelectual.

Para Santos (2009, p. 15), Eneida foi uma mulher moderna aos padrões estabelecidos pela sociedade da época. Transitou por espaços majoritariamente masculinos, como a redação de jornal e a célula partidária ao ingressar no Partido Comunista Brasileiro, onde exerceu intensamente diversas atividades antifascistas, o que resultou em prisões, torturas e exílio.

Eneida de Moraes tornou-se uma libertária, suas inquietações políticas e revolucionárias se refletiam nos textos que escrevia para

os jornais, surgindo, então, as crônicas, que, na época, não foram consideradas cânones literários, mas, hoje, compõem um importante arquivo político, histórico e social. As crônicas tinham o grande objetivo de alcançar as massas, a fim de provocar mudanças na ordem social vigente, por meio de um discurso contestatório que lutava por justiça, visava transformações sociais em um período de extrema exceção liderada pelo Estado Novo (Santos, 2009, p. 11).

Em 1957, Eneida de Moraes publicou a obra *Aruanda*, uma coletânea de crônicas memorialistas que abordam os acontecimentos de infância, as peregrinações nas prisões e a atribulada vida de perseguições em decorrência da atividade política partidária. A primeira edição do livro rendeu elogios dos críticos literários, sendo assim relançada no ano seguinte. Atualmente, a obra consta de um dos acervos da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará e do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero – GEPEM¹.

A crônica *Tanta gente*, objeto de análise deste trabalho, é um dos textos que compõem a coletânea *Aruanda*. No texto, a autora relembra histórias de infância (década de 1910), das quais fala com saudosismo, como também expressa reflexões e indignações acerca da vida de pessoas que são abandonadas pelo Estado e pela sociedade, que a escritora nomeia como “tipos populares”, gente com passados distintos, mas que vivem o presente em situações de exclusão social. Nosso questionamento principal é entender como se constroem o discurso do poder disciplinar alinhado ao discurso do poder regulamentador manifestados na crônica, de modo a evidenciar como essas técnicas de poder se estruturam na sociedade e sofrem resistência de sujeitos que escapam desse processo de dominação.

Para isso, discorreremos brevemente sobre os processos de formação dos discursos das práticas normalizadoras do início do século XX, as quais incidem sobre a objetivação desses sujeitos e que nos permitem apreender as condições históricas de produção.

Com a consolidação da sociedade capitalista, é disseminada a cultura da disciplinarização e da normalização de corpos por meio de instâncias de poder como a família, a escola e a igreja, exercendo-se assim uma vigilância permanente sobre os corpos dos indivíduos, no sentido

¹ O grupo fomenta debates nas áreas de estudo voltadas para as relações de gênero, tomando como referência o percurso marcante da escritora paraense na luta pelos direitos e espaços das mulheres na sociedade.

de adestrá-los e de torná-los dóceis para fins de controle do sistema de produção. Essa sociedade vigilante julga aquilo que é ou não é aceitável socialmente. Assim, insere na marginalidade sujeitos que subvertem padrões sociais instituídos, naturalizando e banalizando modos de exclusão.

No âmbito dessas relações de poder, emergem discursos nos quais esses sujeitos são considerados como loucos e anormais, pois vivem em mundos paralelos, em realidades construídas, imergindo na irracionalidade e na errância, e assim tornando-se desprezíveis pela sociedade de disciplinas e de regulamentações.

No texto que será analisado, o discurso da norma coexiste com discursos resistentes a tais mecanismos de exclusão, pois há na autoria da crônica a manifestação de um sujeito discursivo que denuncia esses processos de segregação, inserindo na centralidade discursiva grupos sociais invisibilizados.

Desse modo, a proposta de desenvolver uma análise com ênfase na discursivização da disciplina e da biopolítica – presente na crônica por meio da normalização dos corpos – tem sua relevância na medida em que poderá contribuir para a compreensão de práticas discursivas que historicamente se constroem resistentes a essa maquinaria de poder e confrontam as normalizações impostas pela sociedade moderna.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar o discurso do poder disciplinar articulado ao discurso do poder regulamentador que emerge na crônica eneídiana, elucidando os modos de constituição dos sujeitos, o controle dos corpos dos indivíduos, bem como o controle do corpo-espécie e a gestão da vida social humana. Fundamentamo-nos nos estudos discursivos desenvolvidos por Michel Foucault referentes aos conceitos de disciplina, biopolítica e biopoder, os quais constituem mecanismos disciplinares e regulamentadores que se convergem e engendram um regime de práticas normalizadoras.

Para realizar esse trabalho, foram selecionados alguns enunciados (organizados por números entre parênteses) da crônica que manifestam a construção discursiva de sujeitos que não se deixam inserir sem questionamentos nos processos de objetivação/subjetivação. Dessa forma, são considerados “anormais”, “abjetos” ao corpo social, por não se enquadrarem no sistema normalizador, tornando-se economicamente inúteis para o Estado e desprezíveis para a sociedade.

O texto foi escrito na década de 1950, mas está situado historicamente na década de 1910, na cidade de Belém, estado do Pará.

Período áureo do ciclo da borracha na Amazônia brasileira, época de estupendo enriquecimento da classe burguesa paraense em disparidade com a miséria vivenciada pelas classes mais pobres da população. Nesse contexto histórico-social, a crônica aborda a marginalização de indivíduos categorizados por suas condutas que não correspondem às convenções sociais instituídas. Assim, são excluídos e rejeitados por uma sociedade extremamente conservadora e patriarcal.

A crônica *Tanta gente* foi escolhida para análise porque é um texto que manifesta discursivamente a engenhosa mecânica do biopoder – que atua tanto pela via individualizante quanto pela via globalizante –, e constitui um astucioso mecanismo de controle tão bem consolidado na sociedade da era moderna.

A discussão do trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, faremos algumas reflexões teóricas sobre os conceitos foucaultianos de disciplina, biopolítica e biopoder, destacando como esses dispositivos coadunam-se na aplicação de normas que visam tanto o controle dos corpos individuais como o controle de massa pelo estado capitalista. Na segunda parte, analisaremos como essas estratégias de poder se presentificam na crônica e objetivam os sujeitos em grupos de exclusão.

2 Algumas considerações sobre biopolítica

2.1 Poder capilarizado

Um dos temas mais explorados por Michel Foucault certamente é o poder, seus efeitos e desdobramentos no decorrer da história humana. Em algumas de suas obras (Foucault, 2010, 2014, 2015a, 2015b), o filósofo tece reflexões acerca das relações de poder, e como se manifestam no meio social. Para isso, adota percursos teóricos diferentes da concepção tradicional jurídica do termo que, por sua vez, está fixada na teoria do direito de soberania.

Ressalta-se que esses esquemas teóricos não têm a intenção de conceitualizar o poder, mas primam por analisá-lo sempre no seu aspecto metodológico, em como ele se mostra e se constrói dentro de sistemas tão bem estruturados socialmente.

De acordo com a abordagem foucaultiana, o poder não é uma apropriação, na medida em que é observado do ponto de vista histórico, não é algo que possa ser possuído por uns e privado a outros; trata-se de

algo exercido nas diferentes relações sociais. Como em rede, perpassa pelos indivíduos e é alvo de enfrentamentos estratégicos, de lutas travadas, nas quais se obtêm vitórias e derrotas, e, portanto, está situado em uma relação de combate; quem exerce esse poder não o tem de forma permanente, ele tem um caráter de mobilidade e não está estatizado (Foucault, 2015a, p. 207-208).

Foucault (2015a, p. 209) considera que o poder não tem uma localização específica, não está situado, por exemplo, nos aparatos estatais, estes estão difundidos no sistema de poder, fazem parte da organização política do Estado, como também estão acoplados no sistema disciplinar regido pelas instituições como a família, a igreja, a escola. Nesse sentido, o poder é exercido nas mais diversas instâncias, não apenas nas instâncias políticas.

Na perspectiva foucaultiana, o poder não deve ser entendido como um fator substancial que assegura o modo de produção, mas como parte constitutiva desse sistema. A sociedade industrial extrai tempo da vida dos indivíduos para convertê-lo em força de trabalho e, por conseguinte, transformá-lo em força produtiva. É o sistema de sequestração que objetiva canalizar produtividade, quando simplifica a vida dos homens aos propósitos de mercado (Foucault, 2015a, p. 211).

O estudioso francês parte do princípio de que o poder não é ideológico, é, na verdade, um espaço de formação do saber. É o acúmulo do saber, a obtenção desse conhecimento científico e empírico que assevera o exercício do poder, que o institucionaliza e o torna legitimável.

O pensamento filosófico foucaultiano concebe que se faz necessário estudar o poder nas suas instâncias mais capilares, onde ocorrem os processos de dominação e sujeição, a partir dos quais os sujeitos são constituídos pelos efeitos de poder que se exercem sobre os seus corpos (Foucault, 2015b, p. 284).

Ancorando-se nessa linha metodológica de estudo sobre o poder, considera-se importante abordar o sistema de poder soberano e a transição para um modelo de poder disciplinar, que mediante a instrumentalização de técnicas de controle individual culminará em um sistema centrado na biopolítica, no controle de uma população, no controle de uma multiplicidade de corpos.

São essas mecânicas de poder disciplinares e regulamentadoras que buscaremos apreender na crônica *Tanta gente*, analisando discursivamente como elas se manifestam na sociedade, objetivam os

sujeitos em grupos de exclusão, e como estes são abandonados, “deixados a morrer”, por uma política de Estado que essencialmente deveria primar pela preservação da vida humana.

2.2 Poder disciplinar

Até meados do século XVIII, a sociedade estava organizada em torno de diretrizes do direito soberano que consistia em controlar o território, cobrar impostos pelo uso da terra, acumular riquezas e bens, e, principalmente, possuía atributos sobre a vida dos indivíduos (Foucault, 1988, p.148).

Ao soberano era instituído o direito da vida e da morte dos seus súditos, um poder baseado na teoria clássica do direito jurídico que em primeiro plano buscava garantir a vida, no entanto, estava mais inclinado para a morte. O Estado de soberania tinha o direito de matar, o que para Foucault constitui-se em um paradoxo teórico:

[...] em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. Aí está o paradoxo teórico. Paradoxo teórico que deve se completar, evidentemente, por uma espécie de desequilíbrio prático. [...] O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte. O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar (Foucault, 2010, p. 202).

Para Foucault (2010, p. 202), a primazia do poder soberano concentrava-se na efetivação desse direito de matar. Instaure-se o princípio do “fazer morrer e deixar viver”, pondo em ênfase a espetacularização da morte com ritualizações de punições e torturas visíveis a toda sociedade. A morte tinha sua visibilidade e funcionava como castigo àqueles que afrontavam ou representavam ameaça à sobrevivência do Estado de Soberania.

A partir da segunda metade do século XVIII, surge uma nova mecânica de poder que não está mais centralizada em capitalizar bens e riquezas, mas, essencialmente, volta-se para a vigilância e a disciplinarização

dos corpos individuais por meio de instrumentos de controle regidos pelas instituições sociais, como a família, a escola, o quartel, e a igreja.

Esse poder disciplinar exerce-se mediante mecanismos de coerções que visam absorver dos corpos tempo e trabalho, fazendo deles corpos produtivos, treinados e adestrados para concentrarem suas forças no sistema de produção. Uma tecnologia de poder aplicada no detalhe, de forma parametrizada, diferente daquela que se desempenhou na sociedade soberana.

Todos esses aparatos de sequestração de tempo e dos corpos são elementos que constituem esse sistema de produção e objetivam converter a força e o tempo dos homens em interesse de mercado.

De fato, para que serve essa sequestração? Seu primeiro objetivo é submeter o tempo individual ao sistema de produção, mais exatamente a três elementos seus. É preciso submeter o tempo da vida aos mecanismos, aos processos temporais da produção. É preciso que os indivíduos estejam ligados a um aparato de produção segundo certo uso do tempo, que prossegue de hora em hora e fixa o indivíduo ao desenrolar cronológico da mecânica produtiva; isso exclui todas as irregularidades do tipo faltas, farras, festas etc. É preciso que os indivíduos sejam submetidos não só à cronologia da produção, mas também aos ciclos da atividade produtiva (Foucault, 2015a, p. 210).

Nesse domínio disciplinar não se admite que o tempo seja ajustado às “banalidades”, à ociosidade, busca-se preencher esses “vazios” com o exercício do trabalho destinado aos processos industriais e, por conseguinte, ao acúmulo de capital.

É nessa construção disciplinar de atuação sobre os corpos que os sujeitos se constituem e nas microrrelações de poder que ocorrem os processos de objetivação e subjetivação. Para Foucault (2009, p. 231), a objetivação do sujeito se dá de três modos, um primeiro aplicado pela ciência como a filologia, a linguística, a gramática, ou ainda pelos parâmetros econômicos; um segundo por meio das práticas divisoras, pela categorização de pessoas; e o terceiro seria o próprio sujeito se reconhecendo dentro da sociedade. O segundo e o terceiro modos são os que estão mais representados nos sujeitos da crônica *Tanta gente*. São sujeitos categorizados diante daquilo que se impõe como normalidade e anormalidade. Assim, a objetivação que destacaremos na análise do texto concebe o sujeito como produto das relações de poder. Há uma

“forma de poder que se aplica à vida cotidiana imediata e categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (Foucault, 2009, p. 235).

Nesse sentido, a objetivação e a subjetivação são processos complementares. O sujeito se constitui no âmbito de relações de poder que incidem sobre o seu corpo, ele é elaborado a partir de discursos construídos pelas instituições sociais e políticas e assim constrói sua própria identidade mediante aquilo que lhe é exterior, como também pela forma como ele se percebe nessas relações e se compreende consigo mesmo. (Foucault, 2009, p. 235).

Dessa forma, Foucault (2015b, p. 293) considera que a grande ambição da sociedade industrial foi inserir sutilmente os indivíduos em um sistema de poder de sequestração, utilizando-se de aparatos coercitivos para engendrar disciplinas e transformá-las em hábitos que conduzem aos procedimentos de normalizações.

Vê-se, então, nascer uma sociedade baseada na prática de normas permanentes, o estabelecimento de um conjunto de regras que não se mostram concretamente impositivas, mas corporificam-se como um processo natural construído a partir da aquisição de hábitos.

No início do século XIX, presencia-se a consolidação desse discurso normalizador que se fundamenta em técnicas disciplinares e faz aparecer “o discurso do mestre, ou seja, o discurso daquele que vigia, dita a norma, estabelece a separação entre o normal e o anormal, avalia, julga, decide: discurso do mestre-escola, do juiz, do médico, do psiquiatra” (Foucault, 2015a, p. 218). Em uma sociedade de normalização, a construção do saber é a condição primordial para o exercício do poder.

2.3 Biopoder

A partir da instauração desse sistema de normalização das disciplinas, Foucault (2010, p. 204) analisa o surgimento de outra tecnologia de poder que se apoia na estrutura dos mecanismos disciplinares, no ajustamento dos corpos múltiplos, na gestão da vida humana, do homem como um conjunto, do corpo-espécie.

Essa nova tecnologia de poder não disciplinar efetua-se em um campo mais global, no controle de uma coletividade, e, portanto, utilizando-se de mecanismos mais complexos de organização. Foucault

(2010, p. 204) chama essa nova mecânica de poder de biopolítica porque, diferentemente do poder soberano, busca a preservação da vida, estabelece regulamentações para torná-la longa e equilibrada. É o princípio do “fazer viver e deixar morrer”, a morte já não tem mais a sua visibilidade como assim era no direito de soberania, tem-se, neste momento, o cuidado e o zelo pela vida, a morte está velada por parâmetros biológicos.

O filósofo argumenta que a técnica disciplinar e a técnica regulamentadora seguem articuladamente engendrando normalizações de corpos, são processadas em diferentes níveis de controle e, por isso, não se excluem. Enquanto uma está voltada para o domínio no aspecto individual, a outra se centra em aspectos globais, na gerência de uma massa populacional.

[...] Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, [...], ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; [...], ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global. [...] Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (Foucault, 2010, p. 204).

Foucault (2010, p. 205) afirma que a biopolítica objetiva regular a vida da população e isso implica abranger todos os acontecimentos que são naturais desse conjunto, como a proporção dos nascimentos, as taxas de mortalidade, os eventos acidentais, a produtividade. Para gerenciar todos esses fenômenos que estão condicionados à vida dos homens, esse novo poder, o biopoder se utiliza de instrumentos estatísticos, mensuração de dados, avaliações de informações; todos com o propósito de governar esse corpo massificante, de torná-lo economicamente ativo para o Estado.

O biopoder é toda uma forma de controle e dominação da população, ele intervém nos problemas políticos e econômicos de uma cidade, com procedimentos precisamente sutis, procurando extirpar as eventualidades, os episódios casuais que ameaçam a longevidade e que possam submeter os homens à condição de inatividade permanente.

Segundo Foucault (2010, p. 213), a biopolítica executa-se por meio do biopoder que leva em consideração todos esses fenômenos naturais à vida do ser humano. Por isso, a medicina passa a ocupar uma função de maior complexidade na missão de coordenar ações de higiene pública, de prevenções, de medicalização da população. O sistema baseado no biopoder se encarrega de prevenir as incapacidades introduzindo mecanismos que assegurem um estado de equilíbrio, como os planos de seguridade, as poupanças, a previdência. São estratégias de poder que atuam com a finalidade de estabelecer uma regulamentação, uma estabilização dos processos biológicos inerentes ao homem-espécie.

Em suma, o sistema político sob a égide do biopoder intervém em todos os fenômenos globais que fazem parte da vida do homem, no sentido de prolongá-la, de postergá-la, de torná-la economicamente mais rentável para o Estado. Dessa forma, a morte é deixada de lado, passa a ser um evento íntimo, privado de cada pessoa, não tem mais a sua visibilidade pública. A morte é somente tratada como um dado estatístico – o da mortalidade – tomado como acontecimento biológico que o biopoder procura regulamentar.

Neste sentido, o filósofo problematiza como um poder centrado na vida pode exercer o velho direito soberano de matar, “como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?” (Foucault, 2010, p. 214). Nesse momento, o autor põe em discussão a questão do racismo biológico. Ele argumenta que só por meio de um racismo biológico uma sociedade regulamentada pelo biopoder justifica o direito de matar.

Esse racismo biológico de que Foucault trata é um mecanismo de Estado que primeiramente busca “defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico” (Foucault, 2010, p. 214). A segunda função desse racismo é como uma relação guerreira, mas que verdadeiramente se estabelece como uma relação biológica. É a noção

de que para viver é preciso matar o outro, matar aquele que degenera a espécie (Foucault, 2010, p. 215).

Para o autor francês, esse direito de matar não significa somente um extermínio direto da vida, mas também o extermínio indireto que pode ser a rejeição, a morte política, a expulsão, os modos de exclusão etc. É o sistema de poder que busca resguardar a vida, mas ao mesmo tempo se utiliza do racismo de Estado para fazer valer o seu direito de matar. O fazer viver e deixar morrer, esse é o biopoder (Foucault, 2010, p. 216).

No texto que analisaremos a seguir, pretendemos destacar todos esses mecanismos do poder disciplinar e do biopoder que articuladamente apresentam-se na narrativa da crônica de Eneida de Moraes. Suscitaremos os modos de exclusão materializados nas personagens dessa história, os quais fogem ao controle coercitivo e ao controle regulamentador, e por isso são descartados, julgados como inúteis e assim eliminados do corpo social.

3 O discurso disciplinar, regulamentador e a normalização dos corpos em *Tanta gente*

A crônica *Tanta gente* é um texto de Eneida de Moraes que se situa na cidade de Belém, Estado do Pará, na década de 1910, período de grande efervescência política, econômica e social ocorrente em todo o país. A capital paraense vivia o esplendor do ciclo da borracha e a população belenense passava por profundas transformações em decorrência dos processos de modernização e urbanização provocados pela comercialização da matéria-prima látex.

As discrepâncias sociais se mostravam visíveis na luxuosidade vivida pela classe burguesa – que reproduzia os padrões europeus – em contraste com a extrema miséria das classes mais pobres. Os grupos estigmatizados abordados na crônica não tinham lugar em nenhuma dessas esferas sociais, viviam à margem e ignorados pela sociedade que os julgava e os considerava “inúteis” por serem fugitivos dos mecanismos de controle disciplinar e regulamentador que regem as normalizações de “boa conduta”.

No texto, a autora relembra alguns momentos de infância, abordando suas reflexões e indignações acerca dessas pessoas que são desamparadas pelo Estado e abandonadas pela sociedade. São indivíduos com passados distintos, mas que vivem o presente em situações

de exclusão social. Eneida procura dar visibilidade a esses sujeitos totalmente invisíveis para a sociedade.

A crônica narra as histórias de vida de homens e mulheres que perambulam pelas ruas, sem destinos, sofrendo maus-tratos, preconceitos, xingamentos e sendo objetivados como seres “desprezíveis” por não se enquadrarem às normas convencionalizadas socialmente. Em cada passagem do texto, a autora relata como essas pessoas são marginalizadas por uma sociedade extremamente conservadora que as pune com o desprezo, com o desrespeito e com a exclusão, segregando-as do convívio social.

(1) Quando, como hoje, relembro minha infância, imediatamente, eles surgem arrastando trapos, descalços uns, mal calçados outros, vozes guturais em alguns, aqui e ali vozes claras, figuras físicas diversas, homens e mulheres, gordos e magros, todos vivendo além da fronteira da razão. Relembro agora os tipos populares de minha terra, no tempo de menina. (Moraes, 1989, p. 40)

(2) O “Diabo atrás da saia” era uma negra alta, magra, de pernas finas e tuíras. Sempre com um guarda-chuva que, de tanto fazer-lhe companhia, terminara parecendo com ela, fisicamente. Andava sempre espantando o diabo, que a perseguia colado à sua saia de cor indecisa. Gritava-se: “Diabo atrás da saia!” e o guarda-chuva movimentava-se, ela esbravejava, dizia todos os palavrões do mundo e corria atrás dos moleques que éramos todos nós, meninos de meu tempo, ricos e pobres, negros e brancos.

Quantos anos teria aquela mulher? Como e onde vivia? Ninguém saberia dizê-lo, e só muito mais tarde, já mocinha, comecei a respeitá-la. “Diabo atrás da saia” teria uma estória de mocidade e de vida. Que fora, onde vivera? Foram perguntas que se impuseram mais tarde; nos dias de infância eu me divertia apenas gritando a alcunha da velha, indiferente a seu sofrimento, aos palavrões, à agitação que provocávamos naquela vida tão triste. Cega de um olho, pequenina, andando sempre depressa, muito depressa (onde iria assim?) passava a “Burra Cega”; depois a “Tainha” monologando e muitas vezes parando para abrir os braços num gesto de desespero.

[...] Sabíamos que estávamos procedendo mal; já nos fora dito que com a desgraça das criaturas não se brinca, mas não sentíamos a necessidade da proibição. Todo mundo mexia com aquela gente. Por que iríamos respeitá-la?

Palavrões enchiam a rua, mas eram muito mais fracos do que nossos gritos e nossos risos. Éramos tão felizes que nossa alegria podia controlar e esconder a desgraça de outros. (Moraes, 1989, p. 40, 41, 42)

A narrativa do texto inicia-se nominalizando os personagens, ou melhor, os sujeitos dessa história construída a partir de lembranças de menina, mas que agora procura produzir uma reflexão consciente sobre como esses sujeitos, os chamados “tipos populares” eram subjugados e punidos pela sociedade da época.

Há nesses “tipos populares” processos de objetivação e subjetivação, por meio dos quais se constituem sujeitos “mórbidos”, “desprezíveis”, “irracionais”, e que assim são instituídos nas relações de poder. Imersos na irracionalidade, vivem realidades criadas por eles mesmos, são corpos que não se permitem adestrar, não têm utilidade produtiva, não são regulados pelas políticas de Estado e, por isso, são “deixados a morrer” na imensidão da sua loucura.

Essas pessoas, homens e mulheres, estão *para além da fronteira da razão*, seus comportamentos não são os esperados pelas normas impostas socialmente, eles estabelecem suas próprias regras de conduta. Há todo um processo de objetivação que os categoriza como “loucos”, “anormais”, “insanos” e assim são segregados da sociedade e inseridos na marginalização. Esses sujeitos, por sua vez, se subjetivam e se constituem dentro dessas categorias, a partir da instrumentalização disciplinar e coercitiva que lhes impõem normas condutoras e de comportamentos.

No enunciado 2, emerge o discurso de um sistema disciplinar, de um controle que se tenta executar sobre corpos julgados transgressores, desregrados, e por isso, não respeitados, todos se acham no direito de atacá-los. São corpos verdadeiramente castigados na medida em que se transformam em objeto de zombarias, de escárnios e até de torturas quando os outros se mostram indiferentes aos seus sofrimentos.

A “Diabo atrás da saia”, a “Burra Cega” e a “Tainha” são mulheres que possuem um passado, têm uma história de vida, outrora correspondiam aos mecanismos disciplinares e regulamentadores, no

entanto, passaram a ser objetivadas como desgraçadas, inúteis porque não mais se enquadram aos padrões estabelecidos pelas normalizações.

Essa desgraça alheia fica em segundo plano, é ofuscada pela felicidade proporcionada por meio da dor do outro, configurando-se em um mecanismo de punição pela violação às leis disciplinares – *Sabíamos que estávamos procedendo mal; já nos fora dito que com a desgraça das criaturas não se brinca. Éramos tão felizes que nossa alegria podia controlar e esconder a desgraça de outros* –.

A autora da crônica revisita esse momento de infância fazendo reflexões sobre a postura que a sociedade, e principalmente o Estado mantêm em relação a essas pessoas. Uma política de governo que estabelece regulamentações para equilibrar a vida, torná-la prolongada, mas que segrega, “deixa a morrer” aqueles que representam uma ameaça à unicidade do corpo-espécie. Essas mulheres constituem sujeitos fugitivos do biopoder, escapam de tais mecanismos, são transgressoras das normalizações, e por isso sofrem a punição do abandono e da rejeição.

- (3) Passava “Madame Urubu”, toda de branco, duas trouxas nas mãos. Mais serena que as outras, talvez menos desgraçada, se lhe perguntássemos para onde ia, ela respondia apenas que estava de mudança. Nunca deixou de usar aquelas trouxas, atestando que procurava diariamente uma nova moradia.

— Madame Urubu, já arranjou casa?

— Madame Urubu, onde você mora?

Ela parava para explicar, numa linguagem que ninguém entendia. Não encontrara lugar para morar; procurava, procurava. Se eu quisesse hoje fazer um comentário geral, poderia dizer que Madame Urubu é como muita gente que conheço. Nunca sabe onde está, onde fica, para onde vai. Madame Urubu podia bem ser um símbolo. (Moraes, 1989, p. 42)

- (4)[...] Havia ainda o peixeiro que até o meio-dia vendia peixe e camarão; amanhecia um homem normal, com o dever de alimentar a família. Saía cedo com seu cesto a negociar peixe e camarão. Mas como em cada botequim que encontrava, um apelo lhe surgia e uma pinga era tomada, às doze horas desaparecera o honrado português das primeiras horas da manhã. Agora era

ébrio que, com a cesta vazia continuava gritando com voz pastosa, enquanto se arrastava vermelho, sujo, levando pedradas:
— Peixe camarão, peixe camarão! — e cambaleava.
Os relógios poderiam ser acertados na minha rua quando se escutava seu pregão. Muitas vezes ouvi alguém dizer, sem olhar ponteiros:
— É meio dia. “Peixe Camarão”, coitado, já está bêbado.
(Moraes, 1989, p. 46)

A personagem “Madame Urubu”, destacada no enunciado 3, é a representação discursiva de indivíduos considerados *andarilhos*, pessoas perdidas, sem objetivos, sem disciplinas, e sem regulamentações.

São pessoas erradias que perambulam pelas ruas, sem rumos, não possuem perspectivas, não têm um lugar, não têm uma vida regulada, e assim constituem um problema social que foge ao domínio do biopoder. Por isso, são eliminadas do corpo massificante porque são corpos que não proporcionam utilidade econômica, não contribuem para a engrenagem do sistema de produção. O biopoder age como numa espécie de cisão, descarta do corpo social aqueles que não se ajustam aos seus mecanismos de controle.

Ao Estado capitalista interessa fixar as pessoas dentro de parâmetros disciplinares e reguladores para concentrar suas forças e tempo nos propósitos de mercado, portanto, a vida nômade, aquela que não tem estabilidade não se enquadra nesse sistema de poder. Essa forma de exclusão é uma mecânica do biopoder, da biopolítica que se aplica àqueles que escapam do controle disciplinar e regulamentador.

Moraes denuncia essas práticas de exclusão quando entende que “Madame Urubu” é símbolo do descaso e do desmazelo social. A personagem está inserida no grupo daqueles que não têm os direitos fundamentais assegurados como moradia, alimentação e segurança. Tais instrumentos são regulados pelo biopoder, mas garantidos somente àqueles que correspondem ao sistema normalizador. Os que estão marcadamente fora desse controle são “deixados a morrer”, e minados gradativamente.

No enunciado 4, manifesta-se o discurso da normalização de corpos. É a discursivização de uma sociedade que vigia a conduta uns dos outros, e que exerce o seu poder impondo o que é normal e o que é anormal. O poder sendo exercido por meio de um saber, daquilo que pode ser considerado como uma conduta racional ou irracional.

O peixeiro é considerado normal até o momento em que responde aos mecanismos coercitivos que convertem o seu tempo em força de trabalho – *amanhecia um homem normal, com o dever de alimentar a família. Saía cedo com seu cesto a negociar peixe e camarão* –. Um homem honrado, adestrado para a produção, um homem regulamentado para os propósitos de controle da população. Nesse aspecto, o peixeiro é reconhecido socialmente, cumpre com as regras disciplinares e regulamentadoras, age conforme os padrões sociais instituídos.

No entanto, ao se desvencilhar de todo esse sistema de sequestração, ele passa a ser visto como anormal, abjeto, indesejável, improdutivo; um coitado, apedrejado, que se tornou vítima do seu vício, um representante da escória social.

“Peixe Camarão” transita em dois grupos: primeiramente naquele que se enquadra em normas e regulamentações que visam a produtividade e o equilíbrio do corpo populacional, e depois, naquele que subverte tais regras e rompe os padrões disciplinares que lhe são impostos socialmente.

- (5) Mas a figura mais bela, aquela que jamais esquecerei nesse grupo desgraçado de personagens populares da minha cidade, era a mulher chamada Arantes. Que acontecera em sua vida para ficar assim magrinha, a cabeça toda branca e aquele terrível medo do vento, a quem chamava de Arantes? [...] Agarrava as saias muito de encontro ao corpo, andava lentamente, e quando a ventania de todas as tardes, aquela ventania que começava às treze e acabava às dezesseis horas, iniciava seu passeio pela cidade brincando com as árvores, derrubando as folhas como que afastando o calor, ela parava à soleira das portas, cosia seu corpo às paredes e aos muros, chamava as pessoas que passavam, dizia aconselhando trêmula, medrosa:

— Cuidado, cuidado, segure bem a sua saia. O Arantes já chegou. O Arantes está aí, o Arantes está solto.

Os homens podiam ir e vir; não deviam temer o Arantes, eram seus iguais. Mas as mulheres, essas, precisavam de defesa, fosse qual fosse a idade deviam defender-se dos perigos do Arantes. [...] Se o vento levantasse a saia de uma mulher, a pobre criatura punha as mãos nos olhos, esquecia sua própria dor, e gemendo, sofrendo, exclamava:

— Coitadinha! Coitadinha! O Arantes agarrou ela.

Possuída de enorme angústia, segurava o vestido, implorava piedade ao vento, andava, parava, aconselhando às mulheres que tivessem cuidado, muito cuidado. (Moraes, 1989, p. 47 e 48)

(6) Deve ter havido outros, devo ter conhecido mais tipos populares em minha terra, no tempo de menina, mas esses os que estão vivos e ativos na minha recordação.

[...] Fui muito má para eles, eu sei agora. Mas é difícil convencer uma criança feliz de que há gente desgraçada. (Moraes, 1989, p. 48)

No enunciado 5, vê-se, na personagem Arantes, a manifestação discursiva do corpo feminino indisciplinado, indomável na medida em que o que se esperava de uma mulher daquela época era uma compostura docilizada, uma delicadeza no olhar, uma metrificação no andar, a racionalidade no falar; um conjunto de padrões que “Arantes” rompe, e deles escapa, se distancia.

Em toda a crônica emerge o discurso de controle sobre o corpo transgressor e nesta passagem, especificamente, sobre o corpo da figura feminina. Há olhares que o repugnam, que desprezam sua dor. *Que aconteceu em sua vida para ficar assim magrinha, a cabeça toda branca e aquele terrível medo do vento, a quem chamava de Arantes?* Que traumas Arantes viveu no seu passado? Por que esse medo terrível do vento? O que esse vento de fato representa para Arantes?

No percurso narrativo, pressupõe-se que Arantes sofrera processos de sujeição em uma relação conjugal. O vento representa aquele que a dominava, que a oprimia; ela revive toda essa experiência de subordinação personificando-o e atribuindo qualidades àquele a quem se deve temer, obedecer, caso contrário, sofrerá o castigo.

O poder de coerções que se exerce nos níveis mais capilares das relações sociais mostra-se presente na vida de Arantes, o poder do homem sobre a mulher, que a sujeita e que a enfraquece. São esses aparatos disciplinares que se transferem para o plano de realidade criado pela personagem, e que faz ressurgir o seu passado de dores e sofrimento.

No enunciado 6, que marca os trechos finais da crônica, a autora reconhece o quão fora perversa e cruel para com essas pessoas, mesmo sendo apenas uma criança na época – *Fui muito má para eles, eu sei agora* –. Suas lembranças lhe fazem refletir como esses mecanismos de segregação estão incorporados e normalizados no sistema da sociedade e do Estado. Com esse gesto de reconhecimento e de remissão, a cronista

valida seu discurso de crítica social, e se insere nas instâncias de resistência e de contestação a tais modos de exclusão.

É um discurso que escancara os problemas sociais e desvela uma sociedade de normalização de corpos e condutas. Uma sociedade punitiva, vigilante, que julga severamente aqueles que violam suas leis, suas normas, suas disciplinas. É uma sociedade também que regulamenta práticas para o equilíbrio da vida, mas que abandona, que descarta, que “deixa morrer” quem não oferece lucro econômico e utilidade produtiva. Não é uma morte instantânea, mas uma morte gradual de rejeições, abandono e exclusão.

Esses são os mecanismos aplicados pelo biopoder, o qual está presente na maioria dos Estados modernos, e que age em via dupla de controle sobre o corpo orgânico e o corpo biológico.

4 Considerações finais

A partir das análises empreendidas e fundamentadas nas reflexões foucaultianas sobre o poder disciplinar e o poder regulamentador, dos quais se constituem o biopoder e a biopolítica; compreende-se que essas tecnologias de poder se solidificam na sociedade mediante mecanismos sutis de normalizações que se estabelecem como um evento “natural”, “habitual”, que desde o século XIX foram se instalando como regras veladamente impositivas e revelam-se verdadeiramente como um controle soberano sobre os indivíduos.

Aos que resistem a esse sistema de poder aplicam-se punições como essas observadas na crônica, a saber a exclusão, a rejeição e o abandono. Todos esses personagens não são apenas loucos e desgraçados que respondem às práticas divisoras. São pessoas que tinham histórias passadas e romperam com todos os mecanismos coercitivos e reguladores, imergindo na irracionalidade, criando mundos paralelos como escape, e estabelecendo suas próprias regras de condutas.

Os sujeitos que se apresentam nesse texto incomodam e ameaçam o sistema de controle político e econômico do Estado, por isso são descartados porque não se obtém dos seus corpos a força produtiva que gera lucro.

A crônica *Tanta gente* apresenta um discurso de denúncia e de crítica aos problemas sociais centrados na marginalização e na segregação de indivíduos considerados “insignificantes” para a sociedade

e descartáveis para o Estado. O texto evidencia práticas normalizadoras que vigiam e controlam o corpo individual e massificante. Aos que fogem desse duplo controle há o castigo e a punição sendo exercidos por meio da exclusão, do desprezo e do abandono.

Vemos na autora um sujeito discursivo que ocupa a função enunciativa – expondo um olhar feminino, um olhar da lembrança infantil, um olhar da ambiguidade entre aquele que vê –, e uma vez subjetivado pela objetivação das práticas divisoras insere-se no discurso daquele que se reconhece nas normas ao reconhecer o outro na margem; e aquele que resiste – que é um outro olhar que frequenta a autora, marcado pela condescendência com o outro e com o respeito pelo diferente.

O texto dá visibilidade a essas pessoas que são totalmente invisíveis para a sociedade. Há a manifestação de um discurso que contesta tais mecanismos de segregação e defende a importância de tratar esses sujeitos com respeito e dignidade, de reinseri-los socialmente. É um discurso que desvela uma sociedade punitiva e se inscreve em um lugar sócio-histórico de oposição à maquinaria desse poder.

Declaração de autoria

Este artigo é uma produção elaborada conjuntamente pelas autoras a partir de discussões que envolveram a temática e a metodologia apresentadas, bem como a escolha teórica discursiva. A primeira autora foi responsável pela seleção do objeto de análise, bem como desenvolveu aspectos referentes aos pressupostos teóricos e aos elementos analíticos do trabalho. A segunda autora foi responsável pela elaboração e sistematização da metodologia, apresentação dos resultados, bem como a revisão do artigo. As autoras produziram coletivamente o resumo, o *abstract*, a introdução e as considerações finais.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 17. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (Org.). *Foucault, Uma Trajetória Filosófica: para além*

do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. rev. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. 2. ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

MORAES, Eneida de. *Aruanda – Banho de Cheiro*. Belém: SECULT; FCPTN, 1989.

SANTOS, Eunice Ferreira. *Eneida: Memória e Militância Política*. Belém: GEPEM, 2009.